

---

***Energen Energias  
Renováveis S.A.***  
***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Energen Energias Renováveis S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Energen Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Ênfase**

##### **Processos investigativos**

Conforme descrito na Nota 20, a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Energen Energias S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

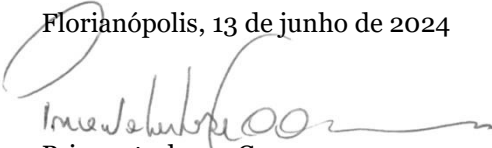
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de junho de 2024



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

**Energen Energias Renováveis S.A.**

Balanças patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	37.318	27.269	Fornecedores	12	998	2.894
Contas a receber	7	3.882	1.749	Tributos a recolher	15	270	320
Tributos a recuperar		41	7	Imposto de renda e contribuição social		370	368
Adiantamento a fornecedores		2.551	3.058	Partes relacionadas	13	71	116
Partes relacionadas	13	3	3	Arrendamentos		156	-
Outros ativos	12	203	194	Salários e encargos sociais		311	330
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>43.998</b>	<b>32.280</b>	Outros passivos		180	180
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>			
Contas a receber		141	507			2.356	4.208
Impostos diferidos		180	180	<b>Não circulante</b>			
Outros ativos	12	63	-	Arrendamentos		-	5
Imobilizado	8	72.035	75.647	Tributos a recolher	15	-	18
Intangível	9	28	92	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20	71	35
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>72.447</b>	<b>76.426</b>	Provisão para remoção de imobilizado	10	1.607	3.843
				Imposto de renda e contribuição social		-	16
				<b>Total do passivo não circulante</b>			
						1.678	3.917
				<b>Total do passivo</b>			
						4.034	8.125
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	16	216.324	216.324
				Prejuízos acumulados	16	(103.913)	(115.743)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>			
						112.411	100.581
				<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>			
						116.445	108.706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Energen Energias Renováveis S.A.**

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<b>Receita operacional</b>			
Receita de fornecimento de energia elétrica		26.266	21.613
(-) Deduções da receita		(820)	(789)
<b>Receita operacional líquida</b>	17	<u>25.446</u>	<u>20.824</u>
<b>Custos</b>			
Custo do fornecimento de energia elétrica	18.a	<u>(12.287)</u>	<u>(16.184)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>13.159</u>	<u>4.640</u>
<b>(Despesas) Receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	18.c	(3.103)	(3.510)
Outras (despesas) receitas		651	904
		<u>(2.452)</u>	<u>(2.606)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro</b>		<u>10.707</u>	<u>2.034</u>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras	19	3.895	2.618
Despesas financeiras	19	(483)	(1.274)
		<u>3.412</u>	<u>1.344</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>14.119</u>	<u>3.378</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	(2.289)	(1.925)
<b>Lucro do exercício</b>		<u>11.830</u>	<u>1.453</u>
<b>Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)</b>		<u>0,9565</u>	<u>0,1175</u>

---

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Energen Energias Renováveis S.A.**

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Lucro do exercício</b>		11.830	1.453
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u>11.830</u>	<u>1.453</u>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Energen Energias Renováveis S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total de Patrimônio</u>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>		216.324	(117.196)	99.128
Lucro do exercício	16	-	1.453	1.453
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		216.324	(115.743)	100.581
Lucro do exercício	16	-	11.830	11.830
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		216.324	(103.913)	112.411

---

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Energen Energias Renováveis S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais )

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.119	3.378
		<u>14.119</u>	<u>3.378</u>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:</b>			
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	8 e 9	1.734	485
Depreciação e amortização	8 e 9	4.925	7.827
Juros sobre arrendamento mercantil		27	7
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado		101	184
		<u>6.787</u>	<u>8.503</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber	7	(1.801)	135
Tributos a recuperar		(72)	(4)
Adiantamentos a fornecedores		-	528
Outras movimentações em ativos		906	348
Remensuração da provisão para remoção de imobilizado		(2.337)	-
Fornecedores	12	(1.896)	(348)
Salários e encargos sociais		(14)	-
Tributos a recolher		(87)	(2)
Outras movimentações em passivos		36	(273)
		<u>(5.265)</u>	<u>384</u>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações</b>			
		<u>15.641</u>	<u>12.265</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	14	(2.289)	(1.911)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>			
		<u>13.352</u>	<u>10.354</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	9	(3.003)	(7.530)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>			
		<u>(3.003)</u>	<u>(7.530)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de arrendamentos		(255)	(175)
Partes relacionadas a pagar	13	(45)	-
<b>Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento</b>			
		<u>(300)</u>	<u>(175)</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>10.049</u>	<u>2.649</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	27.269	24.620
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	<u>37.318</u>	<u>27.269</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>10.049</u>	<u>2.649</u>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*



## **Energen Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **1. CONTEXTO**

A Energen Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, constituída em 14 de julho de 2006, que tem por objeto social a construção e exploração comercial do Parque Eólico denominado Barra dos Coqueiros, com 34,5 MW de potência instalada, localizado no município de Barra dos Coqueiros - SE. O prazo de duração da sociedade é indeterminado, conforme consta no Art. 4º do estatuto social da Companhia. A Companhia possui como controladora a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.

Conforme Despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL nº 2.742, de 31 de agosto de 2012, a unidade geradora UG11, com 1.500 kW de potência instalada, foi liberada para início da operação comercial a partir do dia 1º de setembro de 2012; nº 2.831, de 12 de setembro de 2012, as unidades geradoras UG13 e UG14, com 1.500 kW de potência instalada cada, foram liberadas para início da operação comercial a partir do dia 13 de setembro de 2012; nº 2.940, de 21 de setembro de 2012, as unidades geradoras UG09, UG12 e UG16, com 1.500 kW de potência instalada cada, foram liberadas para início da operação comercial a partir do dia 22 de setembro de 2012 e nº 3.004, de 28 de setembro de 2012, as unidades geradoras UG 01, UG 02, UG 03, UG 04, UG 05, UG 06, UG 07, UG 08, UG 10, UG 15, UG 17, UG 18, UG 19, UG 20, UG 21, UG 22 e UG 23 com 1.500 kW de potência instalada cada, foram liberadas para início da operação comercial a partir do dia 29 de setembro de 2012.

A licença de operação emitida pela Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), para as atividades da Central Geradora de Energia Eólica (com potência de 30 MW e 23 aerogeradores) (LO nº 72/2021) possui validade até 8 de abril de 2024. Para Subestação Elevadora de 69 KV, LT e Casa de Comando (LO nº 184/2021), a licença possui validade até 24 de setembro de 2024.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de junho de 2024.

##### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

### 2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no mercado de curto prazo conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

### 2.5. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### 2.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos líquidos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

### 2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### 2.8. Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em

benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### 2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

#### 2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

## 2.12. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- CPC 26 (R1) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

## 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

#### a) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido período.

#### b) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado. Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

## 4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

## a) Risco de mercado

*(i) Risco com taxa de juros*

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

*(ii) Risco com taxa de câmbio*

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

## b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. Contudo, a Companhia possui um único contrato de venda de energia de reserva (CER), com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na medição e liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo, garantindo o fornecimento e modicidade tarifária do mercado brasileiro de energia. Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

## c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	37.318	27.269
Contas a receber	4.023	2.256

	41.341	29.525
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	998	2.894
Arrendamentos	156	5
Partes relacionadas	71	116
	1.225	3.015

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias em moeda funcional	2	4
Aplicações financeiras com liquidez imediata	37.316	27.265
	37.318	27.269

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxas em média 99% do CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

## 7. CONTAS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica	-	1.746
Saldo de mercado de curto prazo	-	3
Geração excedente aos contratos CER (i)	4.023	507
Total de contas a receber	4.023	2.256
Apresentadas como:		
Ativo Circulante	3.882	1.749
Ativo não circulante	141	507

- (i) Saldo se refere integralmente ao Contrato de Energia de Reserva (CER) firmado em 25 de novembro de 2010, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, no âmbito do 20º Leilão para Contratação de Energia de Reserva proveniente de Centrais Geradoras Eólicas, promovido pela ANEEL, realizado 14 de dezembro de 2009, conforme Edital 003/2009-ANEEL, estabelecendo dentre outras, as seguintes condições: (a) que o contrato terá duração de 20 anos, a partir de 10 de Julho de 2012, início do período de suprimento; (b) que a energia contratada é de 10 MW médios, sendo a Garantia Física da usina de 10,5 MW médios; (c) que o preço de venda é R\$152,50/MWh com base em dezembro/2009 e

deverá ser corrigido monetariamente, a cada 12 meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA; e (d) que a Receita de Venda do Contrato, composta pela Receita Fixa e pela Receita Variável, é definida com base no preço de venda e nos montantes de energia contratada e energia gerada, será paga no âmbito da Liquidação Financeira relativa a contratação de Energia de Reserva, mediante utilização de recursos financeiros advindos exclusivos da CONER (Conta de Energia de Reserva).

Quadrienalmente é efetuada apuração da geração de energia elétrica e o total de energia vendida conforme CER, e as diferenças positivas e negativas são liquidadas entre as partes. Ainda, quando há geração inferior ao contratado o montante de energia é reduzido conforme média da produção do quadriênio anterior respectivo. Em junho de 2016, houve o encerramento do primeiro quadriênio do CER e foi verificado que o montante gerado foi inferior ao contratado, fazendo assim com que o volume contratado fosse reduzido de 10MW médios para 7,7 MW médios. Esse montante será revisto ao final do quadriênio vigente, e sendo apurado que a geração média foi superior a 7,7 MW médios, o volume será reestabelecido, limitado ao volume contratado originalmente no CER – 10MW médios. O valor apresentado no longo prazo representa o montante de geração excedente ao volume contratual vigente. Este volume será liquidado conforme marcos contratuais de liquidação financeira;



## 8. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrada a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação a.a.	31.12.2023				31.12.2022			
		Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	787	(144)	-	643	787	(114)	-	673
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,12%	2.810	(5)	(222)	2.583	2.810	(5)	(129)	2.676
Máquinas e Equipamentos	5,16%	1.811	(6)	(373)	1.432	1.977	(6)	(280)	1.691
Linhas de transmissão	2,95%	2.832	(309)	(818)	1.705	2.751	(309)	(729)	1.713
Aerogeradores	5,37%	135.123	(17.780)	(68.417)	48.926	135.936	(18.505)	(65.881)	51.550
Outros ativos	5,69%	708	(23)	(440)	245	708	(23)	(410)	275
Imobilizado em curso	-	16.253	-	-	16.253	16.986	-	-	16.986
Arrendamentos	34,09%	727	-	(479)	248	286	-	(193)	93
		<u>161.051</u>	<u>(18.267)</u>	<u>(70.749)</u>	<u>72.035</u>	<u>162.241</u>	<u>(18.962)</u>	<u>(67.622)</u>	<u>75.657</u>

	Terrenos	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	643	1.688	1.218	1.795	58.266	417	12.097	190	76.314
Adições	-	-	-	-	-	-	7.530	-	7.530
Transferências	-	1.076	575	(1)	1.082	(109)	(2.641)	-	(18)
Depreciação	-	(88)	(102)	(81)	(7.313)	(33)	-	(97)	(7.714)
Baixas	-	-	-	-	(485)	-	-	-	(485)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	643	2.676	1.691	1.713	51.550	275	16.986	93	75.627
Adições	-	-	-	-	-	-	3.003	-	3.003
Transferências	-	1	(159)	78	3.368	(1)	(3.736)	449	-
Depreciação	-	(94)	(100)	(86)	(4.240)	(29)	-	(294)	(4.843)
Baixas	-	-	-	-	(1.752)	-	-	-	(1.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	643	2.583	1.432	1.705	48.926	245	16.253	248	72.035

## 9. INTANGIVEL

	Taxa média de depreciação a.a.	31.12.2023				31.12.2022	
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares	20%	662	(634)	28	644	(552)	92
		662	(634)	28	644	(552)	92

	Softwares	Total
Saldo em 31.12.2022	92	92
Transferências	18	18
Depreciação	(82)	(82)
Saldo em 31.12.2023	28	28

## 10. PROVISÃO PARA REMOÇÃO DE IMOBILIZADO

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta análise considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados considerando estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 - Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Os custos de desmobilização foram capitalizados na Companhia na data da avaliação e remensurados no montante de R\$754. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da provisão é de R\$1.607 (R\$3.843 em 31 de dezembro de 2022).

## 11. OUTROS ATIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Despesas antecipadas com seguros	188	194
Outros ativos	78	-
	266	194
Apresentados como:		
Ativo circulante	203	194
Ativo não circulante	63	-

## 12. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de materiais e serviços	998	2.894
Total de Fornecedores	998	2.894
Apresentadas como:		
Passivo Circulante	998	2.894

## 13. PARTES RELACIONADAS

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Contas a receber		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	2	2
Macaúbas Energética S.A. (i)	-	1
Oslo III S.A. (i)	1	-
	3	3
	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	71	116
	71	116
	31.12.2023	31.12.2022
Custo na compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (ii)	(337)	(1.407)
	(337)	(1.407)
	31.12.2023	31.12.2022
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iii)	(103)	(575)
	(103)	(575)

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.
- (ii) Compra de energia
- (iii) Serviços compartilhados

## 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de Renda		
Base de cálculo presumido	20.832	21.881
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%
IRPJ no resultado	1.667	1.751
Outras receitas	4.976	3.703
Base de Cálculo	6.643	5.454
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%
Total	(1.661)	(1.363)
Outros efeitos em tributos	24	14
IRPJ no resultado	(1.637)	(1.349)
Contribuição Social		
Base de cálculo presumido	20.832	21.881
Presunção do lucro tributável - %	12%	12%
CSLL no resultado	2.500	2.626
Outras receitas	4.976	3.703
Base de Cálculo	7.476	6.329
Alíquotas aplicáveis - %	9%	9%
Total	(653)	(570)
Outros efeitos em tributos	20	(6)
CSLL no resultado	(653)	(576)

## 15. TRIBUTOS A RECOLHER

	31.12.2023	31.12.2022
COFINS a recolher	161	169
CSRF a recolher	31	12
ICMS a recolher	7	76
Imp s/ importação a recolher	-	25
Tributos retidos a recolher	21	9
INSS a recolher	18	11
IRPF a recolher	1	2
PIS a recolher	32	34
	270	338
Apresentados como:		
Passivo circulante	270	320
Passivo não circulante	-	18

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia apresentado é de R\$216.324. O capital social é representado apenas por ações ordinárias nominativas assim distribuídas:

	31.12.2023	31.12.2022
Statkraft Energias Renováveis S.A.	19.047.168.195	19.047.168.195
Água Quente Participações Ltda.	1.305.000	1.305.000
	<u>19.048.473.195</u>	<u>19.048.473.195</u>

## b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

No exercício de 2023, o lucro líquido foi absorvido pelo saldo de prejuízos anteriores da Companhia.

## 17. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de fornecimento de energia elétrica		
Ambiente de Contratação Livre	26.266	21.612
	<u>26.266</u>	<u>21.612</u>
(-) Deduções da receita		
PIS	(146)	(140)
COFINS	(674)	(648)
	<u>(820)</u>	<u>(788)</u>
Receita operacional líquida	<u>25.446</u>	<u>20.824</u>

## 18. CUSTOS E DEPESAS

## a) Custos

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(22)	(16)
Encargos setoriais	(2.889)	(2.491)
Serviços tomados de partes relacionadas	(337)	(1.407)
Depreciação e amortização	(4.925)	(7.827)

Seguros fianças e comissões	(732)	(602)
Custo com pessoal	(837)	(2.202)
Serviços de terceiros	(2.545)	(1.639)
	<u>(12.287)</u>	<u>(16.184)</u>

## b) Despesas

	31.12.2023	31.12.2022
Salários e encargos sociais	(821)	(889)
Encargos setoriais	(129)	-
Impostos e taxas	(5)	(90)
Outros	(551)	(516)
Serviços de terceiros	(1.141)	(1.014)
Propaganda e publicidade	-	(3)
Viagens e estadias	(101)	(226)
Serviços de partes relacionadas	(103)	(575)
Participação nos Resultados	(77)	(104)
Aluguel	(175)	(93)
	<u>(3.103)</u>	<u>(3.510)</u>

## c) Outras (despesas) receitas

	31.12.2023	31.12.2022
Perdas com baixa de imobilizado	(249)	(485)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(7)	(32)
Lucros cessantes e danos materiais	907	1.421
	<u>651</u>	<u>904</u>

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.655	2.861
Variação cambial ativa	240	(262)
Outras receitas financeiras	-	19
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento mercantil	(27)	(7)
Variação cambial passiva	(1)	(124)
Despesas financeiras sobre contratos de energia	(445)	(948)
Outras despesas financeiras	(10)	(195)
Resultado financeiro	<u>3.412</u>	<u>1.344</u>

## 20. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Em 2023 e 2022, foram constituídas provisões com perdas consideradas prováveis e natureza trabalhista no montante de R\$71 e R\$35, respectivamente para os referidos exercícios.

#### Processos investigativos

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controlada em conjunto SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016.

A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A controladora da Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

## 21. OUTROS RISCOS

### a) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica (nota explicativa nº 1), sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 2.18). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada à Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

### b) Risco da não entrega da energia contratada

É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a Companhia não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato estabelecido no mesmo leilão que a Companhia. Contudo, caso não seja possível essa negociação, a diferença negativa deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais a partir do quadriênio subsequente, sempre valorados à preço vigente do contrato. A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. mantém apólices de seguros de riscos operacionais e

responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, as quais abrangem as operações da Companhia

## 22. RESULTADO POR AÇÃO

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado por ação		
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	11.830	1.453
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	12.368	12.368
Lucro por ação	0,95649	0,11748

## 23. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. mantém apólices de seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, as quais abrangem as operações da Companhia.

---